

**LUSO PARTNERS**  
**SOCIEDADE CORRETORA, S.A.**

**Relatório de Gestão**  
**e**  
**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Exercício de 2014**

**Março / 2015**

## ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
  - Atividade de Exploração e Resultados
  - Proposta de Aplicação de Resultados
  - Perspetivas para 2015
  - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos
7. Relatório e Parecer do Fiscal Único
8. Certificação Legal de Contas

## 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade  
de Araújo Parreira Rocha  
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vogais: Luís Leitão Ricciardi  
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves  
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga

- FISCAL ÚNICO

Efetivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,  
representada por  
José Maria Rego Ribeiro da Cunha  
Suplente: Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

## **2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014:

## **1. Atividade de Exploração**

### **1.1. Enquadramento**

O ano de 2014 foi marcado, em Portugal, pelo “Caso BES”, com todas as suas implicações, quer para a economia nacional, quer para a industria financeira em geral.

Na vertente internacional, o enfoque foi para o crescimento económico global, o qual foi condicionado em 2014 por vários fatores: as condições meteorológicas adversas verificadas nos EUA no início do ano; o aperto fiscal japonês que gerou dois trimestres de crescimento económico negativo no país; e a crise na Ucrânia que provocou uma quebra de confiança generalizada na Europa.

O ano de 2014 veio sublinhar as grandes divergências verificadas na evolução das principais economias mundiais, com os EUA e o Reino Unido a liderarem, e a Zona Euro e o Japão a baterem-se com grandes dificuldades em acompanharem. A actuação dos bancos centrais, como era esperado, condicionou a evolução dos mercados financeiros a nível global, com os mercados accionistas a registarem performances positivas, os mercados de taxa fixa a evoluírem de forma mais discreta, e sem grandes sobressaltos, e o dólar a valorizar contra a maioria das suas contrapartes, tendo condicionado por conseguinte a evolução dos preços das matérias-primas.

O índice Pan-Europeu *Euro Stoxx 50* teve uma “*performance*” positiva de 1.2% durante o ano, o índice *MSCI World* registou ganhos de 2.93%, e o índice *Dow Jones* nos EUA registou uma valorização positiva de 7.52% no mesmo período.

Na área de corretagem, os volumes intermediados sofreram um decréscimo de 10.89%, em grande parte motivado pela diminuição da volatilidade no mercado de Taxa Fixa (Obrigações). No mercado de acções, a quebra dos volumes registada terá estado associada a uma menor exposição dos nossos clientes a este segmento, continuando-se a verificar ainda alguma aversão ao risco associada à situação económica do nosso país e aos “casos BES e Portugal Telecom”.

Na área de gestão de patrimónios, os montantes sob gestão baixaram para cerca de Eur 6.150.000, em grande parte devido à saída de clientes de uma Sociedade de Consultadoria para o Investimento que tem um protocolo com a Luso Partners, e não de clientes directos da Luso Partners. Essas saídas poder-se-ão justificar pela conjuntura económica e social portuguesa, uma vez que assistimos a uma valorização positiva das carteiras, mas que não foi acompanhada por um aumento dos ativos sob gestão. A diminuição dos rendimentos disponíveis das famílias, acompanhada pela quebra nos excedentes de tesouraria das empresas e o aumento significativo da carga fiscal sobre os rendimentos e mais-valias em Portugal, foram fatores que continuaram a promover a quebra nos ativos sob gestão,

mantendo-se a parceria com a referida Sociedade de Consultoria para Investimentos, embora com volumes residuais.

Na área de distribuição de fundos, a Luso Partners continuou a beneficiar da tendência do último ano, tendo-se verificado em 2014 um crescimento dos montantes colocados. Para este facto terá contribuído a melhoria das condições económicas na Zona euro e a descida das “Yields” das obrigações soberanas e diversas, em virtude da melhoria das condições de financiamento dos países do sul da Europa e da aproximação do final dos programas de ajustamento.

O volume de fundos de investimento da *Jupiter Asset Managment* colocado pela Luso Partners, era no final de 2013 de cerca de € 28.700.000 e no final de 2014 de cerca de € 75.000.000.

## 1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2014, a Luso Partners registou um total de Eur: 712.332 de comissões brutas, as quais, descontadas de um total de Eur: 99.628 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de comissões líquidas de Eur: 612.704. Ou seja, uma margem de intermediação (comissões líquidas / comissões totais) de 86.01%, contra 84.8% registados no ano anterior, crescendo assim ligeiramente a margem em virtude do aumento do peso relativo de clientes particulares.

Verificou-se um acréscimo das comissões brutas de 7.19% face ao ano de 2013.

A repartição das comissões de corretagem geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros		
	Europa	EUA
Volumes Intermediados	206.431.633	40.422.149

Os valores intermediados no mercado Norte-americano registaram um volume de negócios inferior ao mercado Europeu, voltando à tendência que se verificou durante nove exercícios consecutivos antes de 2013. Este resultado está associado à natural diferença horária.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais contrapartes, respectivamente, o *Deutsche Bank* (DB) e BES Investimento para os Mercados Europeus e a *LEK Securities* para os EUA.

### 1.3. Custos de Exploração

A estrutura de custos de exploração da LP Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2014	2013	Var (%)
Custos com Pessoal	258.791	292.498	-11.52
Gastos Administrativos	277.245	265.706	+4.34
Amortizações	6.419	7.228	--11.19
Total	542.455	565.432	- 4.06

## 2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um lucro de Eur 29.373,45 seja repartido da seguinte forma:

(i) para reserva legal	2.937,35
(ii) para resultados transitados	<u>26.436,10</u>
	<u><u>29.373,45</u></u>

### **3. Perspectivas para 2015**

#### **3.1 CRESCIMENTO ECONÓMICO GLOBAL**

O ano de 2015 deverá continuar a evidenciar os diferentes estágios de crescimento entre as economias mais desenvolvidas. No entanto, as respostas, também divergentes, ao nível da política monetária poderão inverter a situação do conjunto no que à evolução dos mercados financeiros diz respeito. Nesse sentido, a eventual inevitabilidade de um *quantitative easing* europeu e a continuação das políticas expansionistas no Japão, deverão dar algum suporte aos preços das ações locais e à manutenção das *yields* das obrigações em níveis baixos. No que diz respeito aos mercados emergentes, algumas economias mais pequenas e mais sensíveis à normalização da política monetária da Reserva Federal Norte-Americana (*FED*) enfrentarão mais dificuldades, e os *BRIC* estarão dependentes em grande parte da capacidade reformista e de reestruturação doméstica. O crescimento económico global continua em grande parte dependente da *performance* da China. A desaceleração do PIB chinês é uma evidência, com o sector imobiliário ainda em queda. No entanto, os decisores políticos ainda estão munidos das ferramentas necessárias para evitar uma quebra mais agressiva e as reformas promovidas estão a evoluir de forma positiva. De um modo geral, a economia mundial deverá beneficiar da quebra dos preços do petróleo, sendo que, a divergência das políticas monetárias norte-americana e europeia poderá por esta via agravar-se e causar problemas mais sérios aos exportadores de petróleo, sendo a Rússia um exemplo.

#### **3.2. POLÍTICA MONETÁRIA**

Dado o padrão de baixas taxas de crescimento económico, um dos temas centrais do último ano e do ano que se avizinha, é o do combate à deflação. Um dos receios é o de que o fenómeno agrave os custos do sobre-endividamento, outro é o de que à medida que as taxas de juro nominais se aproximam de zero, a deflação dificulte a actuação dos bancos centrais no sentido de gerar taxas de juro reais negativas para estimular a cedência de crédito. Resumindo, a política dos bancos centrais anti-deflacionista continuará a condicionar os mercados, sendo que deverá conduzir, a prazo, com desfasamentos entre blocos, a uma normalização gradual da taxa de inflação para os objetivos dos bancos centrais.

#### **3.3. MERCADOS DE CRÉDITO**

Os mercados de crédito a nível global continuam de alguma forma suportados pela necessidade de diversificação dos investidores, numa altura em que é cada vez mais difícil encontrar rendimentos interessantes associados aos diferentes níveis de risco. As prestações dos mercados de crédito dependerão das condições verificadas nas diferentes geografias, condicionadas por diferentes níveis de actividade económica e pelas adoptadas pelos bancos centrais. Em termos gerais, num ambiente



de retornos pouco estimulantes e de reduzida liquidez, a atitude dos investidores nos mercados de crédito tende a ser cada vez mais cautelosa.

### **3.4. MERCADOS ACIONISTAS**

O crescimento global em 2015 deverá sofrer uma aceleração ligeira e a performance dos mercados acionistas, que tem sido nos últimos anos suportada por injeções de liquidez por parte dos bancos centrais, deverá por essa via manter a toada. Três dos quatro maiores bancos centrais deram indicações de que vão manter ou mesmo cortar taxas em 2015, o que, com as ações a transaccionarem em níveis próximos ou inferiores aos múltiplos históricos desta fase do ciclo económico, confere suporte a um cenário positivo para os ativos com risco.

Na Europa, o mote é dado pela depreciação do euro, que confere suporte ao crescimento económico, pela iminência de novos estímulos e pela queda do preço do petróleo, que estimulam a procura, promovendo sectores cíclicos em detrimento de sectores mais defensivos.

Os EUA estão mais avançados na fase do ciclo económico e, apesar do agravamento do risco relativo a uma diminuição generalizada dos lucros das empresas devido ao fortalecimento do dólar e à quebra dos preços das matérias-primas, a opinião generalizada dos analistas continua a apontar para o crescimento dos resultados das empresas. Verifica-se algum optimismo, mas o ano deverá ser marcado por alguma volatilidade e ganhos menos expressivos no balanço final do ano.

A recuperação do Reino Unido deverá manter a tendência recente, suportada pelo crescimento do rendimento real mais rápido dos últimos 12 anos e pela evidência do reforço da capacidade de investimento. A baixa dos preços da energia e o crescimento da produtividade deverão ajudar a manter a inflação abaixo do objectivo, o que permitirá ao Banco de Inglaterra promover subidas de taxas graduais. As perspectivas são positivas, no entanto, o sentimento do mercado e a evolução da libra estarão condicionados pelo desenlace das eleições legislativas de Maio e pela perspectiva de um referendo sobre a continuidade do RU na UE.

No Japão, a desvalorização do iene deverá continuar a ser o tema principal em 2015, sendo esta a via escolhida pelos decisores políticos para resolver os problemas económicos e fiscais do país. Este ano será crucial para avaliar o resultado das reformas estruturais em curso e a reação do governo a eventuais contrariedades. As empresas japonesas deverão continuar a beneficiar da depreciação da moeda aumentando a sua competitividade e os lucros, no entanto fatores como a quebra do rendimento real dos consumidores são desafiantes.

Relativamente aos mercados emergentes, subsiste a ideia generalizada de que o preço que se paga hoje pelo crescimento futuro de resultados está mais atractivo. No entanto, a perspectiva geral dos analistas não é positiva, com o *spread* de crescimento entre países desenvolvidos e emergentes a estreitar-se, as taxas de desconto relativas a aumentarem e o dólar forte, a serem alguns dos fatores que deverão pressionar os preços e condicionar a *performance* dos mercados acionistas. A evolução dos preços do petróleo é relevante e os países importadores de energia deverão ser beneficiados.

### **3.5. PORTUGAL**

O panorama económico português não é o mais animador, de qualquer forma a recuperação económica está em curso e em 2015 espera-se uma evolução positiva do crescimento, se bem que provavelmente a um ritmo mais baixo do que o antecipado. Uma política fiscal menos restritiva, a estabilização gradual do mercado de trabalho, a melhoria das condições de financiamento e a recuperação das exportações, são factores que deverão beneficiar a actividade doméstica. No entanto, os desafios são exigentes e a economia portuguesa não deixará de ser afectada pelos níveis elevados de dívida pública e privada, pela fragmentação financeira da Zona Euro, que continua a afectar as pequenas e médias empresas portuguesas, por uma elevada taxa de desemprego e por um crescimento económico anémico, transversal aos países da União Europeia. As *yields* das obrigações do tesouro a 10 anos recuaram em 2014, beneficiando das expectativas relativas à intervenção do BCE. Um marco incontornável do ano que se avizinha será o das eleições legislativas que terão lugar no início do segundo semestre do ano e que deverão reforçar a incerteza relativamente ao futuro e, certamente, afectarão a forma como a comunidade internacional olha para o nosso país.

### **3.6. MATÉRIAS-PRIMAS**

A desaceleração do crescimento na China terá um impacto significativo na procura global de matérias-primas. Tirando aquelas que enfrentam défices de oferta de curto-prazo, como é o caso do café, ou as que mais beneficiam da boa prestação da economia norte-americana, como é o caso dos metais industriais, as perspectivas para o conjunto são negativas.

### **3.7. RISCOS**

Entre os riscos identificáveis para a evolução da actividade e do desempenho dos mercados financeiros em 2015 devemos considerar a possibilidade do BCE não agir de acordo com as expectativas criadas, de a *Fed* promover uma inversão da política monetária mais rápida do que o antecipado e a verificação de uma desaceleração do crescimento económico na China mais agressiva do que o esperado. Os riscos geopolíticos e idiossincráticos não poderão ser descurados. A iminência de uma crise na Rússia, motivada pela situação na Ucrânia e pela baixa dos preços do petróleo, a incerteza em relação ao futuro da Grécia na União Europeia, os riscos de agravamento

dos protestos pró democracia em Hong Kong, a evolução dos conflitos no Médio Oriente e a crescente ameaça que representam movimentos radicais como o ISIS e o perigo que representa a ameaça do Ébola, são realidades que não podem ser ignoradas quando perspectivamos o ano que se avizinha.

A Luso Partners - Sociedade Corretora, SA continuará a monitorizar as oportunidades de negócio nos mercados onde opera, principalmente através do estabelecimento de parcerias comerciais com outras casas de investimento e angariadores de negócio.

#### **4. Agradecimentos**

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2015

#### **O Conselho de Administração**

Luís Leitão Ricciardi (Presidente)

Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves

João Tomás Andrade Rocha de Horta

### **3. ÓRGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

#### **Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Ações da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2014**

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<b><u>IDENTIFICAÇÃO</u></b>	<b><u>QUANTIDADE</u></b>	<b><u>PERCENTAGEM</u></b>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	78.500	39,25%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	11.000	5,5%

#### **Lista de Acionistas da Sociedade Titulares de Ações Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2014**

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<b><u>IDENTIFICAÇÃO</u></b>	<b><u>QUANTIDADE</u></b>	<b><u>PERCENTAGEM</u></b>
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	78.500	39,25%
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (HERDEIROS)	74.500	37,25%

**4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**31 de Dezembro de 2014 e 2013**

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua Castilho, nº 90 - 4º Esq. - 1250-071 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>					
10 + 3300		0		0	0
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
11 + 3301	12	2.671.425		2.671.425	2.895.974
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Activos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)		0		0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	13	18.566		18.566	180.281
Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710		0		0	0
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3204 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880		0		0	0
Crédito a clientes					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0		0	0
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)		0		0	0
Activos com acordo de recompra					
21		0		0	0
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)		0		0	0
Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)		0		0	0
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	14	308.033	281.268	26.765	9.356
Outros activos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	15	137.049	137.049	0	0
Activos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)		0		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	16	8.801		8.801	9.149
Activos por impostos correntes					
301		0		0	0
Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	17	1.085.747		1.085.747	693.610
Outros activos					
<b>Total de Activo</b>		<b>4.229.621</b>	<b>418.317</b>	<b>3.811.304</b>	<b>3.788.370</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua Castilho, nº 90 - 4º Esq. - 1250-071 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Balço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Nº de Contribuinte: 505 726 394

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Passivo</b>					
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)		0		0	0
43 (1)		0		0	0
43 (1)		0		0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)		0		0	0
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	18	2.434		2.434	2.357
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312		0		0	0
46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313		0		0	0
44		0		0	0
45		0		0	0
47	19	27		27	56
490	20	12.346		12.346	9.311
491		0		0	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		0		0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)		0		0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	21	3.312.597		3.312.597	3.330.650
<b>Total de Passivo</b>		<b>3.327.404</b>	<b>0</b>	<b>3.327.404</b>	<b>3.342.374</b>
<b>Capital</b>					
55	22	1.000.000		1.000.000	1.000.000
602		0		0	0
57		0		0	0
- 56		0		0	0
58 + 59	23	3.608		3.608	-4.923
60 - 602 + 61	23	-549.081		-549.081	-492.771
	23	29.373		29.373	-56.310
- 63		0		0	0
<b>Total de Capital</b>		<b>483.900</b>	<b>0</b>	<b>483.900</b>	<b>445.996</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>3.811.304</b>	<b>0</b>	<b>3.811.304</b>	<b>3.788.370</b>

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua Castilho, nº 90 - 4º Esq. - 1250-071 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

Nº de Contribuinte: 505 726 394

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior	
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	1.456	4.692
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	67	559
	<b>Margem financeira</b>		<b>1.389</b>	<b>4.133</b>
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	712.332	661.128
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	99.628	100.469
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	10.346	635
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	1.019	-650
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	7	0	2.220
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	8	-38.611	-47.840
	<b>Produto bancário</b>		<b>586.847</b>	<b>519.157</b>
70	Custos com pessoal	9	258.791	292.498
71	Gastos gerais administrativos	11	277.245	265.706
77	Depreciações e amortizações	14	6.419	7.228
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	19	-30	52
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>44.422</b>	<b>-46.327</b>
	Impostos		15.049	9.983
65	Correntes	27	15.049	9.983
74 - 86	Diferidos		0	0
	<b>Resultado após impostos</b>		<b>29.373</b>	<b>-56.310</b>
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
640	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>29.373</b>	<b>-56.310</b>

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Ana Isabel de Sousa Refoios

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves



**LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

( euros)

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		4 246	1 052
Juros e custos pagos		( 67)	( 559)
Serviços e comissões recebidas		712 382	661 194
Serviços e comissões pagas		( 99 628)	( 100 469)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 542 090)	( 568 970)
		<u>74 843</u>	<u>( 7 752)</u>
<i>Variação nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		77	( 32 629)
Derivados de cobertura		-	-
Outros ativos e passivos operacionais		( 445 586)	( 573 956)
		<u>( 370 666)</u>	<u>( 614 337)</u>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>			
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		( 11 666)	( 15 013)
		<u>( 382 332)</u>	<u>( 629 350)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		-	( 171 849)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		180 592	1 612
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		( 23 828)	( 8 291)
Venda de imobilizações		-	2 220
		<u>156 764</u>	<u>( 176 308)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de ações ordinárias pagas		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>			
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	6	1 019	( 650)
		<u>( 224 549)</u>	<u>( 806 308)</u>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	2.2 o)	2 895 974	3 702 282
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	2.2 o)	2 671 425	2 895 974
		<u>( 224 549)</u>	<u>( 806 308)</u>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	2 671 425	2 895 974
<b>Total</b>		<u>2 671 425</u>	<u>2 895 974</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**O Técnico de Contas**

Ana Isabel de Sousa Refoios

**O Conselho de Administração**

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horteiga

Jorge Neves

**LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A**

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(em euros)

	<b>Capital</b>	<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>Outras Reservas e Resultados Transitados</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Total do Capital Próprio</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2013</b>	<b>1 000 000</b>	<b>398</b>	<b>( 444 073)</b>	<b>( 48 698)</b>	<b>507 627</b>
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	( 5 321)	( 48 698)	48 698	( 5 321)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	( 56 310)	( 56 310)
Outros	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>1 000 000</b>	<b>( 4 923)</b>	<b>( 492 771)</b>	<b>( 56 310)</b>	<b>445 996</b>
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	8 531	( 56 310)	56 310	8 531
Resultado líquido do exercício	-	-	-	29 373	29 373
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1 000 000</b>	<b>3 608</b>	<b>( 549 081)</b>	<b>29 373</b>	<b>483 900</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**O Técnico Oficial de Contas**

**O Conselho de Administração**

**Ana Isabel de Sousa Refoios**

**Luis Leitão Ricciardi**

**João Tomás Hortega**

**Jorge Neves**

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

MODELO I

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emitente (4)	País do emitente (5)	Cotado/ Não cotado (S/N) (6)	Mercado organizado relevante (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorimétrico (11)	Valor de Balanço (12)	Valias (+ / -) (13)	Montante vencido (14)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (16)	Observações (17)
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto		
<b>Instrumentos de dívida</b>																			
<b>De dívida pública</b>																			
<b>O.T. 5,65% FEVEREIRO 2024</b>	iv)	PTOTEQOE0015	OUTRAS	Portugal	S	-	18.565,50	1.500.000	15.000,00	Justo valor	18.565,50	0,00							
<b>De outros emissores públicos</b>																			
...																			
<b>De outros emissores</b>																			
<b>Adquiridos no âmbito de operações de titularização</b>																			
<b>Equiparados a <i>first loss position</i></b>																			
...																			
<b>Outros</b>																			
...																			
<b>Outros</b>																			
<b>Dívida não subordinada</b>																			
...																			
<b>Dívida subordinada</b>																			
...																			
<b>Total</b>								1.500.000	15.000,00		18.565,50	0,00	-	-	-				
<b>Instrumentos de capital</b>																			
...																			
<b>Total</b>								-	-		-	-	-	-	-				
<b>Outros</b>																			
...																			
<b>Total</b>								-	-		-	-	-	-	-				

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortega

Jorge Neves

**5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**31 de Dezembro de 2014 e 2013**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

### **NOTA 1 – ACTIVIDADE**

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua atividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objetivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam atividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como na prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura atual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento atual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

No exercício de 2007, ocorreu a fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (LP SGPS) na LP Corretora. O Banco de Portugal autorizou previamente a fusão por incorporação das duas sociedades financeiras referidas e a escritura pública ocorreu no dia 28 de Dezembro de 2007. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2007. Em resultado desta fusão, o capital social da LP Corretora aumentou para 1 milhão de euros, correspondendo a 200 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A fusão ocorrida no exercício de 2007 baseou-se na LP SGPS apenas deter e gerir participações numa única sociedade, i.e., a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA, desde o exercício de 2003 e em resultado da fusão ocorrida nesse ano entre a LP Corretora e a LP Gestora, conforme descrito anteriormente. Acresce que a LP SGPS não recebeu qualquer dividendo desde a sua constituição em 22 de Abril de 2002, sendo os seus resultados líquidos negativos o reflexo dos custos administrativos que a sociedade tem necessariamente de suportar. Esta fusão surgiu, assim, numa ótica de racionalização e aproveitamento otimizado de meios e recursos, face à desnecessidade de manter duas estruturas autónomas, sobretudo tendo em conta que uma das duas referidas estruturas se limitava a deter a participação na outra.

O objeto social da LP Corretora consiste na realização de todas as atividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras atividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respetivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da atividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A atividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respetivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos atos na mesma compreendidos.

A atividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

No exercício de 2005 a Luso Partners Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à atual conjuntura económica e aos objetivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática.

No exercício de 2006 a Sociedade teve como objetivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno. Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

## NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da LP Corretora reportadas a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas em conformidade com as NCA, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2014. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras individuais e as notas anexas agora apresentadas estão expressas em euros, arredondado ao euro mais próximo e refletem os resultados das operações da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.



## **2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas**

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adotados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

### **a) Especialização de exercícios**

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respetivamente.

### **b) Operações em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-divisas, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), exceto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 25).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

### c) **Ativos financeiros disponíveis para venda**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5.º - n.º 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Outros ativos (ver Nota 17).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 23).

### d) **Provisões para riscos de crédito e para risco-país**

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução n.º 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2014 é Eur 27 (ver Nota 19).

#### e) **Outros ativos tangíveis**

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.1., os outros ativos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Nº de Anos</u>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

#### **f) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição. Incluem os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento dos sistemas de tratamento informático de dados. São amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 15).

#### **g) Pensões de reforma**

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto designado por “Espírito Santo Fundo de Pensões Multireforma” é gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Novo Banco, S.A..

O cálculo atuarial das responsabilidades da LP Corretora é efetuado anualmente pela [GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.](#), na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, utilizando pressupostos atuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os ganhos e perdas atuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, são reconhecidos como um ativo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor atual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo e (ii) o valor dos ativos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais -incluídos no corredor - e não é amortizado.

Anualmente, a LP Corretora reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros e (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo.

A Sociedade efetua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco de Portugal, através do Aviso nº 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12 de 2001, definindo que para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005, é adicionado ao limite do corredor.

O Aviso nº 1 de 2008, no âmbito do projeto “*Better Regulation* do Sector Financeiro”, veio redefinir os elementos de informação sobre responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a fornecer ao Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Aviso nº 7 de 2008 introduziu novas alterações ao Aviso nº 12 de 2001, tendo em conta os ajustamentos decorrentes da transição para as NIC/NCA e, em particular, os resultantes da adoção integral do IAS 19.

#### **h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões**

No exercício da atividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transação, por contrapartida de contas de regularização do ativo, a aguardar a respetiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa anual entre 1% e 1,2% sobre o capital médio em gestão, cobrada mensalmente no último dia do mês;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto; e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 0,5% sobre o capital médio em gestão, cobrada semestralmente (0,25% por semestre), no último dia dos meses de Junho e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

#### **i) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos ou perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contábilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

#### **j) Operações de compra e venda de títulos**

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transacionados, são registadas nas rubricas de outros ativos ou outros passivos (ver Notas 17 e 21).

No que se refere a transações efetuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respetivas liquidações financeiras são efetuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

#### **k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito**

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 24).

#### **l) Gestão de carteiras**

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta atividade, encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 24).

## **m) Locações**

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos efetuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### **Locações financeiras**

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.



## **n) Imparidade**

A existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse ativo com sinais de imparidade, registrando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objetiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação atual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com exceção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus ativos disponíveis para venda.

**o) Demonstração dos fluxos de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 12).

### NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Juros e proveitos similares</b>		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	256	3
- no estrangeiro	0	0
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	0	0
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1 200</u>	<u>4 689</u>
	<u>1 456</u>	<u>4 692</u>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	0	0
- no estrangeiro	<u>67</u>	<u>559</u>
	<u>67</u>	<u>559</u>
	<u>1 389</u>	<u>4 133</u>

### NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços de administração de valores prestados	74 551	108 111
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	383 083	464 395
Outros proveitos de comissões recebidas	<u>254 698</u>	<u>88 622</u>
	<u>712 332</u>	<u>661 128</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	3 732	3 804
- por outros serviços bancários	21 141	16 543
Por operações realizadas com títulos	<u>74 755</u>	<u>80 122</u>
	<u>99 628</u>	<u>100 469</u>
	<u>612 704</u>	<u>560 659</u>

## NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
<b>De emissores públicos</b>						
Obrigações do tesouro	10 346	0	10 346	635	0	635
	<u>10 346</u>	<u>0</u>	<u>10 346</u>	<u>635</u>	<u>0</u>	<u>635</u>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Reavaliação cambial</b>	1 367	348	1 019	914	1 564	( 650)
	<u>1 367</u>	<u>348</u>	<u>1 019</u>	<u>914</u>	<u>1 564</u>	<u>( 650)</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

## NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2014	31-12-2013
<b>Resultados de alienação de outros ativos</b>		
Ganhos realizados com ativos tangíveis	0	2 220
	<u>0</u>	<u>2 220</u>

Esta rubrica revela o ganho realizado com a venda de um bem da Sociedade em 2013.

## NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Outros resultados de exploração</b>		
Rendas de locação operacional	( 24 478)	( 26 477)
Contribuição para o Fundo de Resolução	( 567)	( 5 857)
Contribuição para o sistema de indemnização aos investidores	( 1 250)	( 2 500)
Multas e penalidades fiscais	( 10)	0
Multas e penalidades não fiscais	( 35)	0
Quotizações e donativos	0	0
Outros impostos	( 12 438)	( 12 694)
Outros resultados (líquido)	167	( 312)
	<u>( 38 611)</u>	<u>( 47 840)</u>

## NOTA 9 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Remunerações	191 840	217 939
Encargos sociais obrigatórios	45 656	52 769
Encargos sociais facultativos	21 090	20 861
Outros custos	205	929
	<u>258 791</u>	<u>292 498</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais:

<b>Funções</b>	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Administração	3	3
Direcção	1	1
Técnicos	2	2
Administrativos	1	1
	<u>7</u>	<u>7</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2014 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 102.654 (2013 - Eur 133.104).

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso nº 1/2010 do Banco de Portugal, de 09 de Fevereiro, indicam-se de seguida as remunerações pagas pela LP Corretora a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração durante o exercício de 2014:

### **Conselho de Administração**

<b>Membros Executivos do Conselho de Administração</b>	<b>2014 Remuneração Fixa</b>
Luis Leitão Ricciardi	43 551
João Tomás Andrade Rocha de Horteiga	29 551
Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves	29 551
	<hr/>
	102 654
	<hr/> <hr/>

Não existem remunerações variáveis pagas aos Membros Executivos do Conselho de Administração no exercício de 2014.

O Órgão de Fiscalização teve uma remuneração Eur 6.300 no exercício de 2014, que está incluída na rubrica de gastos gerais administrativos (ver Nota 11).

O Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 30 de Dezembro de 2013 como política de remuneração dos seus membros executivos, a redução a partir de 1 de Janeiro de 2014, das remunerações dos seus administradores Luís Leitão Ricciardi, João Tomás Andrade Rocha de Horteiga e Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves em, respetivamente 35,83%, 11,11% e 11,11%.

### **NOTA 10 – PENSÕES DE REFORMA**

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado por “Espírito Santo Fundo de Pensões Multireforma”, cuja gestão é exercida pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Novo Banco, S.A..

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

### i) Número de participantes

	31-12-2014				31-12-2013			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
<b>Activos</b>								
<b>LP Corretora</b>	7	182 532	47	11	7	182 532	46	10

### ii) Evolução das responsabilidades

O valor atual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no ativo	143 601	131 976
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	154 795	149 354
Excesso/(déficit) de cobertura	11 194	17 378
Nível de cobertura das responsabilidades	107,8%	113,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	165 694	165 291
Valor atual das responsabilidades totais (VART)	309 295	297 267

As responsabilidades da Sociedade em 2014 e 2013 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Responsabilidades no final do periodo anterior	131 976	130 716
Custo do serviço corrente	0	0
Custo dos juros	4 619	5 882
Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(Ganhos) e perdas atuariais	7 006	( 4 622)
<b>Responsabilidades no final do periodo</b>	<b><u>143 601</u></b>	<b><u>131 976</u></b>
Pessoal no ativo	143 601	131 976
<b>Responsabilidades objecto de cobertura</b>	<b><u>143 601</u></b>	<b><u>131 976</u></b>
Valor do Fundo de Pensões Aberto "Espírito Santo Multireforma"	154 795	149 354
<b>Coberturas totais</b>	<b><u>154 795</u></b>	<b><u>149 354</u></b>
Excesso/(déficit) de cobertura	11 194	17 378
Nível de cobertura das responsabilidades	107,8%	113,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	165 694	165 291
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	<u>309 295</u>	<u>297 267</u>

### iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2014 e 2013 foi a seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro	149 354	142 508
(+) Contribuições	0	0
(-) Transferência direitos adquiridos ex-participante	0	0
(+) Rendimento líquido do Fundo	5 441	6 846
(=) <b>Valor do Fundo em 31 de Dezembro</b>	<b><u>154 795</u></b>	<b><u>149 354</u></b>

O rendimento líquido do fundo contém desvios atuariais positivos de Eur 214 (2013 – Eur 433 positivos).



#### iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Custo do serviço corrente	0	0
(+) Custo dos juros	4 619	5 882
(-) Rendimento esperado do Fundo	<u>( 5 227)</u>	<u>( 6 413)</u>
(=) Custos correntes com o plano	<u>( 608)</u>	<u>( 531)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>( 6 792)</u>	<u>5 055</u>
(=) <b>Responsabilidades do exercício</b>	<u><u>( 7 400)</u></u>	<u><u>4 524</u></u>

#### v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

A diminuição das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Custos com pessoal	( 608)	( 531)
(+/-) Desvios actuariais	<u>( 6 792)</u>	<u>5 055</u>
(=) <b>Responsabilidades do exercício</b>	<u><u>( 7 400)</u></u>	<u><u>4 524</u></u>

#### vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

Nos exercícios de 2014 e 2013 não foi entregue qualquer contribuição ao fundo de pensões pela LP Corretora.

#### vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados analisam-se como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Nível mínimo de cobertura	136 421	125 377
Coberturas totais	<u>154 795</u>	<u>149 354</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>18 374</u>	<u>23 977</u>
Nível de cobertura	<u>113,5%</u>	<u>119,1%</u>

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efetivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Previsto</b>	<b>Verificado</b>	<b>Previsto</b>	<b>Verificado</b>
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxa de rendimento dos activos	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento salarial	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%	*3,00% e 1,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Técnica de Juro	3,5%	3,5%	4,0%	4,0%
<b>Pressupostos Demográficos</b>				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	n.a.		n.a.	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
<b>Método de valorização actuarial</b>	<b>"Projected Unit Credit Method"</b>			

\* 3% para quadros topo e 1,25% para a restante população.

A estrutura tipo de alocação de ativos utilizada pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para o fundo de pensões distribui-se em ações (20,1%), obrigações de taxa fixa (34,7%), obrigações de taxa variável (30,4%), investimento alternativo (10,8%) e imobiliário (4%).

## **NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>31-12-2014</b>	<b>31-12-2013</b>
<b>Gastos gerais administrativos</b>		
Consultores e auditores externos	75 699	96 014
Comunicações e expedição	77 052	68 676
Serviços de informática	26 771	18 481
Rendas e alugueres	23 176	28 200
Deslocações e representação	23 407	11 852
Água, energia e combustíveis	14 155	13 669
Conservação e reparação	11 988	3 823
Seguros	4 584	5 488
Material de consumo corrente	5 274	3 702
Outros custos	15 139	15 801
	<b>277 245</b>	<b>265 706</b>

No exercício de 2014 a rubrica Consultores e auditores externos inclui Eur 28.465 (2013 – Eur 44.764) relativos à parceria na área de gestão de carteiras com uma Sociedade de Consultoria para Investimentos iniciada em 2011.

Os honorários faturados durante o exercício de 2014 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos aos serviços de auditoria e revisão legal das contas foi de Eur 6.300 (2013 – Eur 7.528).

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, serviços de limpeza, publicidade e publicações.

## **NOTA 12- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	<u>1 251 302</u>	<u>1 202 801</u>
<b>Em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	<u>1 420 123</u>	<u>1 693 173</u>
	<u>2 671 425</u>	<u>2 895 974</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o BES Investimento é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 570.781 (2013 - Eur 626.858).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do *Deutsche Bank Frankfurt* de Eur 798.187 (2013 – Eur 1.159.260).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 1.478.307 (2013 – Eur 2.109.067) (ver Nota 24).

## NOTA 13 –ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de ativos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
<b>Instrumentos de dívida pública portuguesa</b>		
Obrigações do tesouro	<u>14 958</u>	<u>185 204</u>
<b>Reserva de justo valor</b>		
Positiva (negativa)	<u>3 608</u>	<u>( 4 923)</u>
<b>Valor de balanço</b>	<u><u>18 566</u></u>	<u><u>180 281</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur 3.608 e Eur (4.923), respetivamente (ver Nota 23).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 24) e são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2014, o escalonamento dos ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>De 3 meses a um ano</b>	0	0
<b>De um a cinco anos</b>	0	132 156
<b>Mais de cinco anos</b>	<u>18 566</u>	<u>48 125</u>
	<u><u>18 566</u></u>	<u><u>180 281</u></u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Valor nominal</b>	15 000	188 500
<b>Valor de mercado</b>	18 566	180 281
<b>Valor de balanço</b>	18 566	180 281

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Títulos de rendimento fixo</b>	<u>5,65%</u>	<u>*0,0% / 5,65%</u>
*T-BILL 0% FEVEREIRO 2014		

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a ativos financeiros disponíveis para venda, são como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Títulos adquiridos por valor (inferior) superior ao seu valor de reembolso</b>	<u>( 12)</u>	<u>( 3 296)</u>

#### NOTA 14 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Outros ativos tangíveis</b>		
<b>Imóveis</b>		
Obras em imóveis arrendados	<u>19 920</u>	<u>14 487</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	181 959	178 283
Instalações interiores	16 758	16 758
Mobiliário e material	22 486	22 486
Máquinas e ferramentas	13 704	13 472
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte	<u>51 200</u>	<u>51 200</u>
	<u>288 113</u>	<u>284 205</u>
	<u>308 033</u>	<u>298 692</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
De obras em imóveis arrendados	( 1 162)	( 14 487)
De equipamento	<u>( 280 106)</u>	<u>( 274 849)</u>
	<u>( 281 268)</u>	<u>( 289 336)</u>
<b>Total dos outros ativos tangíveis líquidos de amortizações</b>	<u>26 765</u>	<u>9 356</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	14 487	284 205	298 692
Adições	19 920	3 908	23 828
Abates / vendas	( 14 487)	-	( 14 487)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<b>19 920</b>	<b>288 113</b>	<b>308 033</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	( 14 487)	( 274 849)	( 289 336)
Amortizações do exercício	( 1 162)	( 5 257)	( 6 419)
Abates / vendas	14 487	-	14 487
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<b>( 1 162)</b>	<b>( 280 106)</b>	<b>( 281 268)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>18 758</b>	<b>8 007</b>	<b>26 765</b>

## NOTA 15 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>31-12-2014</b>	<b>31-12-2013</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistemas de tratamento informático de dados	137 049	137 049
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	0
	<b>137 049</b>	<b>137 049</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Sistemas de tratamento informático de dados	0	0
	<b>137 049</b>	<b>137 049</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
	<b>( 137 049)</b>	<b>( 137 049)</b>
<b>Total dos ativos intangíveis líquidos de amortizações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	137 049	-	-	137 049
Adições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<b>137 049</b>	-	-	<b>137 049</b>
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	( 137 049)	-	-	( 137 049)
Amortizações do exercício	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<b>( 137 049)</b>	-	-	<b>( 137 049)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014</b>	-	-	-	-

## NOTA 16 – ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Pagamentos especiais por conta		
2010	0	1 878
2011	1 758	2 350
2012	2 641	2 641
2013	2 280	2 280
2014	2 122	0
	<u>8 801</u>	<u>9 149</u>
	<u>8 801</u>	<u>9 149</u>

## NOTA 17 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Outras disponibilidades</b>	250	250
<b>Devedores diversos</b>	2 657	5 577
<b>Rendimentos a receber</b>		
Juros de obrigações do tesouro	850	3 760
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	12 092	12 123
Outras	3 952	2 465
	<u>16 044</u>	<u>14 588</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Responsabilidades totais	3 680	9 864
Desvios atuariais incluídos no corredor	1 231	0
	<u>4 911</u>	<u>9 864</u>
<b>Operações a regularizar</b>		
Operações de bolsa a regularizar	891 602	631 214
Operações fora de bolsa a regularizar	126 302	0
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
Outras	43 131	28 357
	<u>1 061 035</u>	<u>659 571</u>
	<u>1 085 747</u>	<u>693 610</u>

A rubrica de devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

As rubricas de operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do ativo e do passivo (ver Nota 21), em 31 de Dezembro de 2014, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2015, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.



## NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>A prazo</b>		
Recursos de clientes	<u>2 434</u>	<u>2 357</u>
	<u>2 434</u>	<u>2 357</u>

Esta rubrica reflete valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de *short-selling*.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é o seguinte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Exigível a prazo</b>		
Até três meses	<u>2 434</u>	<u>2 357</u>
	<u>2 434</u>	<u>2 357</u>

## NOTA 19 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2013</u>	<u>Movimentos no exercício</u>			<u>Saldo em</u> <u>31-12-2014</u>	
		<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>		<u>Reposições/</u> <u>Anulações</u>
<b>Provisões para</b>						
<b>Riscos gerais de crédito</b>	<u>56</u>	<u>0</u>	<u>1 476</u>	<u>0</u>	<u>( 1 505)</u>	<u>27</u>
	<u>56</u>	<u>0</u>	<u>1 476</u>	<u>0</u>	<u>( 1 505)</u>	<u>27</u>

## NOTA 20 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar 2014 (ver Nota 27)	<u>12 346</u>	<u>9 311</u>

## NOTA 21 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>		
Desvios atuariais incluídos no corredor	0	5 561
Desvios atuariais excesso face ao corredor	0	0
	<u>0</u>	<u>5 561</u>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por operações sobre valores mobiliários	2 245 023	2 633 795
Outros impostos a entregar ao Estado	4 884	10 187
Contribuições para a Segurança Social	5 006	5 825
Credores por fornecimento de bens	7 190	12 366
	<u>2 262 103</u>	<u>2 662 173</u>
<b>Encargos a pagar</b>		
Encargos com férias e subsídio de férias	32 269	32 269
Outros	1 164	667
	<u>33 433</u>	<u>32 936</u>
<b>Operações a regularizar</b>		
Operações de bolsa a regularizar	890 945	629 980
Operações fora de bolsa a regularizar	126 116	0
Operações cambiais à vista a liquidar	0	0
	<u>1 017 061</u>	<u>629 980</u>
	<u>3 312 597</u>	<u>3 330 650</u>

A rubrica de credores por operações sobre valores mobiliários inclui os saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflete, entre outras, na rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 12).

As rubricas de operações de bolsa a regularizar do ativo (ver Nota 17) e do passivo, em 31 de Dezembro de 2014, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efetuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respetiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2015, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transacionados.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas atuariais com pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios atuariais.

## NOTA 22 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social da LP Corretora no valor de 1.000.000 euros, encontrava-se representado por 200.000 ações, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas.

## NOTA 23 – RESERVAS DE REAVIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2013</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2014</u>
<b>Reservas de reavaliação</b>					
<b>Reservas de justo valor</b> r/ ativos financeiros disponíveis para venda	( 4 923)	8.531	0	0	3 608
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>					
<b>Reserva legal</b>	84 829	0	0	0	84 829
<b>Resultados transitados</b>	<u>( 577 600)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>( 56 310)</u>	<u>( 633 910)</u>
	<u>( 492 771)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>( 56 310)</u>	<u>( 549 081)</u>
<b>Resultado do exercício</b>					
2013	( 56 310)	0	0	56 310	0
2014	<u>0</u>	<u>29 373</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>29 373</u>
<b>Total</b>	<u><u>( 554 004)</u></u>	<u><u>37 904</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>( 516 100)</u></u>

### I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

### II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### III) Resultados transitados

Da aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2013, resultou a transferência do prejuízo de Eur 56.310 para resultados transitados.

#### NOTA 24 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

##### i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Ativos dados em garantia (i)	<u>18 566</u>	<u>13 581</u>
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Ativos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM nº 2/2000.

##### ii) Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Sistema de indemnização aos investidores (i)	<u>18 566</u>	<u>13 581</u>
(i) Valor de mercado		

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores (ii)	<u>6 754 455</u>	<u>7 131 716</u>
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	4 461 594	4 508 602
Operações a aguardar liquidação	203 753	215 815
Liquidez	<u>1 478 307</u>	<u>2 109 067</u>
	<u>6 143 654</u>	<u>6 833 484</u>
	<u>12 898 109</u>	<u>13 965 200</u>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Por depósito e guarda de valores (i)	<u>6 767 406</u>	<u>7 139 683</u>

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver Nota 2 l)

O saldo da rubrica responsabilidade por prestação de serviços - depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros – depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente o BCP, o BES Investimento, o *Deutsche Bank Frankfurt* e a *Lek Securities*.

A rubrica gestão de carteiras de ativos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respetivo valor de mercado.

## NOTA 25 – ATIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2014					31-12-2013				
	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Sueca	Total	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Sueca	Total
<b>Ativo</b>										
Disponibilidades em outras instituições de crédito	880 509	19 085	80	75	899 749	842 803	67 627	35	80	910 545
Outros ativos	117 916	0	0	0	117 916	32 280	0	0	0	32 280
<b>Total do Ativo (Euros)</b>	<b>998 425</b>	<b>19 085</b>	<b>80</b>	<b>75</b>	<b>1 017 665</b>	<b>875 083</b>	<b>67 627</b>	<b>35</b>	<b>80</b>	<b>942 825</b>
<b>Passivo</b>										
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 434	0	0	0	2 434	2 357	0	0	0	2 357
Outros passivos	984 551	15 980	25	0	1 000 556	837 603	64 291	0	0	901 894
<b>Total do Passivo (Euros)</b>	<b>986 985</b>	<b>15 980</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>1 002 990</b>	<b>839 960</b>	<b>64 291</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>904 251</b>
<b>Total Ativo/Passivo Líquido (Euros)</b>	<b>11 440</b>	<b>3 105</b>	<b>55</b>	<b>75</b>	<b>14 675</b>	<b>35 123</b>	<b>3 336</b>	<b>35</b>	<b>80</b>	<b>38 574</b>
<b>Posição cambial à vista</b>	<b>11 440</b>	<b>3 105</b>	<b>55</b>	<b>75</b>	<b>14 675</b>	<b>35 123</b>	<b>3 336</b>	<b>35</b>	<b>80</b>	<b>38 574</b>

## NOTA 26– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
	<u>Corretagem</u>	<u>Corretagem</u>
	<u>(retalho)</u>	<u>(retalho)</u>
<b>Portugal</b>		
<b>Elementos da demonstração de resultados</b>		
Juros e rendimentos similares	1 456	4 692
Juros e encargos similares	( 67)	( 559)
Rendimentos de serviços e comissões	712 332	661 128
Encargos com serviços e comissões	( 99 628)	( 100 469)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	10 346	635
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	1 019	( 650)
Resultados de alienação de outros ativos	0	2 220
Outros resultados de exploração	( 38 611)	( 47 840)
Custos com pessoal	( 258 791)	( 292 498)
Outros gastos administrativos	( 277 245)	( 265 706)
Amortizações do exercício	( 6 419)	( 7 228)
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	( 52)
Impostos correntes	( 15 049)	( 9 983)
Resultado líquido do exercício	<u>29 373</u>	<u>( 56 310)</u>
<b>Portugal</b>		
<b>Elementos do balanço</b>		
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 434	2 357
Outros passivos	3 312 597	3 330 650
Ativo líquido total	<u>3 811 304</u>	<u>3 788 370</u>

## NOTA 27 – IMPOSTOS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e à correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2014 foi apurado pela LP Corretora com base numa taxa nominal de 17%. Ao valor de IRC apurado acresce uma taxa de Derrama Municipal de 1,5%.

A Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais acumulados, porque com base na atual conjuntura econômica, torna-se bastante difícil criar expectativas para que existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	44 422	( 46 327)
Provisões não dedutíveis	( 29)	52
Amortizações excessivas	0	0
Multas de natureza fiscal	10	0
Multas de natureza não fiscal	35	0
Seguro Grupo Saúde	4 001	12 503
Pagamento especial por conta 2008	0	0
Mais valias fiscais	0	2 220
Mais valias contabilísticas	0	( 2 220)
Majoração donativos	0	0
<b>Lucro tributável</b>	<u>48 439</u>	<u>( 33 772)</u>
Prejuízos fiscais	<u>( 33 907)</u>	<u>0</u>
<b>Matéria colectável</b>	<u>14 532</u>	<u>0</u>
Estimativa de imposto sobre lucros (i)	2 470	0
Derrama municipal (ii)	727	0
Tributações autónomas	<u>11 852</u>	<u>9 983</u>
Imposto sobre o lucro do exercício	15 049	9 983
<b>Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos</b>	<u>15 049</u>	<u>9 983</u>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	33,9%	n.a.
<b>Pagamentos especiais por conta</b>	( 2 470)	0
<b>Pagamentos por conta efectuados no exercício</b>	0	0
<b>Retenções na fonte</b>	<u>( 232)</u>	<u>( 672)</u>
<b>Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 16 e 20)</b>	<u>12 347</u>	<u>9 311</u>

(i) Este valor é calculado com base na taxa de imposto sobre o rendimento (17% até 15.000eur para PME)

(ii) Este valor corresponde a 1,5% do Lucro Tributável.



## 6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÔNUS SOBRE ATIVOS

A instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal de 15 de Dezembro 2014 veio definir as orientações relativas à divulgação de informação sobre ativos onerados e não onerados, no seguimento das orientações da Autoridade Bancária Europeia de 27 de Junho de 2014 (EBA/GL/2014/03).

Em 31 de Dezembro de 2014, a divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos é a seguinte:

Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos				
<b>Modelo A - Ativos</b>				
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
	010	040	060	090
<b>010</b>	<b>Ativos da instituição que presta a informação</b>			
030	Instrumentos de capital próprio			
<b>040</b>	<b>Titulos de dívida</b>			
	18.566	18.566		
120	Outros ativos			
<b>Modelo B - Colateral recebido</b>				
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de titulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de titulos de dívida própria emitidos e oneráveis		
	010	040		
<b>130</b>	<b>Colateral recebido pela instituição que presta a informação</b>			
150	Instrumentos de capital próprio			
160	Titulos de dívida			
230	Outro colateral recebido			
<b>240</b>	<b>Titulos de dívida própria emitidos que não covered bonds próprias ou ABS</b>			
<b>Modelo C - Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados</b>				
	Passivos associados, passivos contingentes e titulos emprestados	Ativos, colateral recebido e titulos de dívida própria emitidos que não covered bonds próprias ou ABS oneradas		
	010	030		
<b>010</b>	<b>Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados</b>			
<div style="display: inline-block; width: 20px; height: 10px; background-color: #cccccc; border: 1px solid black;"></div> Não preencher em caso algum				
<b>Modelo D - Informação relativa à importância do ónus sobre ativos</b>				
<p>Os titulos de dívida são adquiridos com o objetivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000. São titulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.</p>				



## RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Fiscal Único da “Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.” (de ora em diante Luso Partners), examinou o Relatório do Conselho de Administração e as contas em base individual, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No ano anterior efectuamos igualmente o exame das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
3. As demonstrações financeiras individuais da Luso Partners são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, conforme adoptadas na União Europeia.
4. No decurso do exercício acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Luso Partners e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
6. Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade a escrita, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.
7. Efectuámos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da sociedade e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.

...



8. No âmbito do trabalho desenvolvido queremos referir os principais factos seguintes:

- 8.1. A Luso Partners segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.
- 8.2. As disponibilidades em outras instituições de crédito englobam depósitos à ordem em instituições de crédito no país no valor de 1.251.302 euros e em instituições de crédito no estrangeiro no valor de 1.420.123 euros.  
Os depósitos à ordem são, na generalidade, remunerados.
- 8.3. Os movimentos ocorridos na rubrica “outros activos tangíveis” encontram-se registados pelo custo, determinado na data da transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.
- 8.4. As contas de outros activos e outros passivos evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias úteis de Dezembro de 2014 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2015.  
Confrontar com as notas 17 e 21 do anexo às contas.
- 8.5. O movimento ocorrido na rubrica provisão para riscos gerais de crédito corresponde a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes, e está correctamente registado.
- 8.6. A Luso Partners aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o plano de pensões criado pela sociedade.

Verificámos que foram cumpridos os registos contabilísticos, de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

9. O Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
10. Em nossa opinião, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2014.



11. Com base no relatório exposto, somos de parecer:

- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2014;
- 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;
- 3º - Que seja aprovado um voto de confiança e de apreço ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como geriu os negócios da Luso Partners.

Lisboa, 16 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “**Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A.**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 3.811.304 euros e um total de capital próprio de 483.900 euros, incluindo um resultado líquido de 29.373 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio e o Inventário de títulos do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

.../...



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “Luso Partners - Sociedade Corretora, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de Março de 2015

José Maria Ribeiro da Cunha

em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”